

Sábado

03-01-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Economia

Dimensão: 2745 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 47 a 51

JUSTIÇA. POLÍCIA JUDICIÁRIA CONCLUIU INVESTIGAÇÃO

A BURLA MILIONÁRIA DAS CANTINAS

Um casal com ligações políticas e não só, cinco testas de ferro e quatro altos quadros de hospitais públicos são os principais arguidos num processo de burla e falsificação. A maior parte das empresas suspeitas já faliu ou está sem atividade, mas ficou o resultado: cerca de 1,7 milhões de euros de dívidas ao Estado e mais alguns milhões por fuga ao fisco. Por António José Vilela

As escutas telefónicas decretadas pelo Ministério Público (MP) já estavam ativas há semanas quando, em setembro de 2016, a Polícia Judiciária (PJ) percebeu que uma equipa da Inspeção-Geral das Atividades de Saúde (IGAS) estava a fazer uma auditoria ao Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO), a entidade que dirige os hospitais de Egas Moniz, São Francisco Xavier e Santa Cruz.

Bastante preocupada, Teresa Afonso, a coordenadora dos Serviços Financeiros, ligou à amiga Natércia Pina, a nova diretora do Serviço de Gestão Hoteleira do CHLO e também a mulher que controlava várias empresas privadas que tinham diversos contratos de exploração de bares/refeitórios daquele e de outros centros hospitalares públicos. Na conversa gravada, Teresa disse a Natércia que os inspetores do Ministério da Saúde já tinham pedido vários documentos sobre os negócios privados da amiga, mas que a situa-

Natércia Pina pertence aos órgãos do PSD de Oeiras. É arguida no processo e a PJ continua a querer detê-la

A empresa

Prato Dourado, uma das suspeitas, foi extinta. Entre 2013 e 2015 apresentou prejuízos de 1,8 milhões de euros

NATÉRCIA PINA INTEGRU A LISTA CONJUNTA DO PSD/CDS DE CANDIDATOS A DEPUTADOS POR LISBOA

ção ainda podia complicar-se se também quisessem ver à lupa os resultados dos contratos de arrendamento: "(...) agora, o nosso problema aqui é se a IGAS nos pede (...) 'então o que é que tá pago?'".

Mais adiante na conversa, a responsável deu também a entender que estava a fazer tudo para ajudar a amiga e que outros altos quadros do CHLO também estariam dispostos a proteger Natércia Pina, uma destacada militante social-democrata de Oeiras que, antes de apoiar a candidatura presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa integrou a lista conjunta PSD/CDS ao distrito de Lisboa para as eleições legislativas de 2015. Natércia foi o 36.º candidato na lista encabeçada por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.

Estes e outros pormenores foram registados pela equipa de investigadores da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da PJ que estava a investigar desde 2015 a teia de relações suspeitas de Natércia e do (ex) marido, o empresário reformado Manuel

Cleto, com altos quadros de hospitais públicos. O casal era então o principal suspeito de controlar várias empresas de hotelaria e de *caféteria* que estariam envolvidas num esquema de burla, falsificação de documentos, corrupção, participação económica em negócio e fraude fiscal.

O cérebro e o operacional

O alerta surgiu através de uma carta anónima enviada ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP). Depois, a denúncia seguiu para a PJ e acabou num outro setor do MP, a 9.ª Secção do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa. E nesta denúncia já constava um pormenor considerado relevante pelas autoridades: os contratos suspeitos para explorar bares e restaurantes hospitalares estavam há anos a ser conseguidos devido ao alegado acesso a informação privilegiada, como, por exemplo, o conhecimento antecipado dos valores das propostas concorrentes apresentadas nos concursos. **C**

❑ Isto, porque Natércia era técnica superior nesses hospitais e conhecia altos quadros dos CHLO, como a diretora financeira, Maria Teodósio, e os vogais do Conselho de Administração, Maria Silva e Carlos Galamba de Oliveira – responsáveis que acabaram por ser constituídos arguidos no processo (tal como Teresa Afonso) por suspeita de pactuarem com o esquema por amizade, desleixo ou a troca de pequenos presentes.

Na prática, o esquema terá juntado os poucos obstáculos levantados por gestores hospitalares e a atuação fraudulenta de várias empresas controladas por Natércia e pelo marido (o casal divorciou-se em 2008, mas a PJ acha que isso foi feito para tentar iludir credores e investigações de insolvências das empresas). As empresas terão acabado por não pagar as rendas aos hospitais depois de serem dadas como insolventes ou de mudarem de gerência e de sócios. Apesar disso, algumas das empresas suspeitas terão voltado até a candidatar-se e ganharam novos concursos públicos nos hospitais.

A investigação da PJ/MP viria a chegar ainda a outros dados sobre o esquema: Natércia seria o cérebro dos negócios, Cleto o operacional e o “plano comum” dos crimes já duraria há mais de 20 anos. Um plano que arrancaria sempre assim: como as regras dos cadernos de encargos de quase todos os concursos eram semelhantes – o critério principal era a adjudicação à empresa que pagasse a renda mais elevada ao hospital –, uma empresa controlada por Natércia e Cleto começava por propor valores de rendas muito maiores em relação às candidaturas concorrentes.

O problema vinha depois de ganharem o concurso. Segundo as conclusões da Polícia Judiciária, “os arguidos Natércia Pina e Manuel Cleto sabiam, e assim o decidiam, que ao fim de um período de tempo, deixariam de pagar as rendas e outras despesas (água, luz, gás) aos organismos com quem tinham contratos. E até ao momento da rescisão, passavam-se por ve-

Quem é Natércia Pina

Funcionária pública
desde 1975

Diretora do Serviço de Gestão Hoteleira do Centro Hospitalar Lisboa Oriental

Vogal do Conselho de Administração da empresa municipal Oeiras Viva

Ex-tesoureira da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo

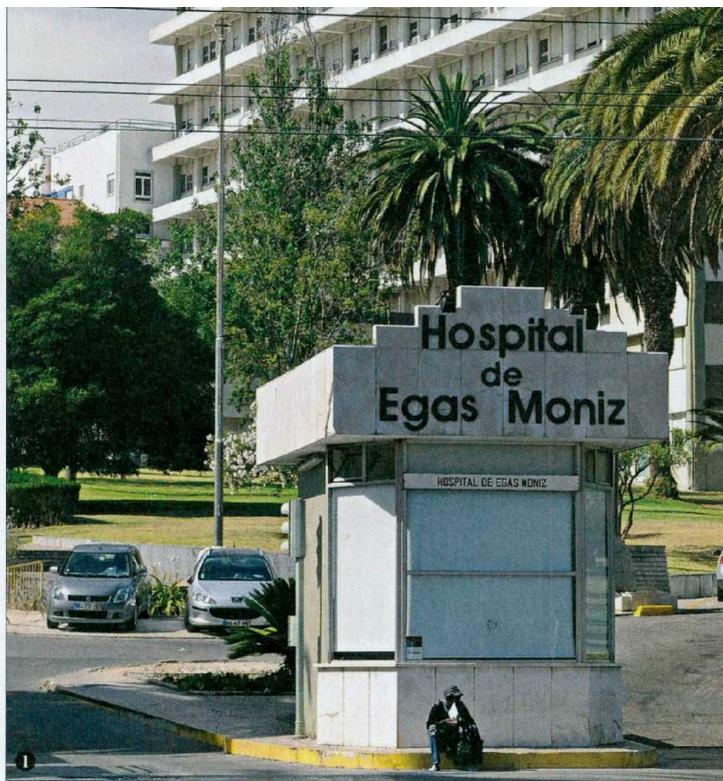
Vogal da Comissão Política da Concelhia do PSD de Oeiras

Candidata às últimas eleições legislativas na lista conjunta PSD/CDS pelo distrito de Lisboa

Militante do PSD e apoiante de Rui Rio

Participou na candidatura presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa

AS EMPRESAS SUSPEITAS TERÃO DESVIADO MILHÕES DE EUROS PARA A COMPRA DE IMÓVEIS



zes anos, sem realização de qualquer pagamento de renda ou despesa, mas sempre com a obtenção de elevadas receitas, pois as cafetarias em questão (maioritariamente em hospitais sem concorrência por perto) tinham elevados níveis de rentabilidade”.

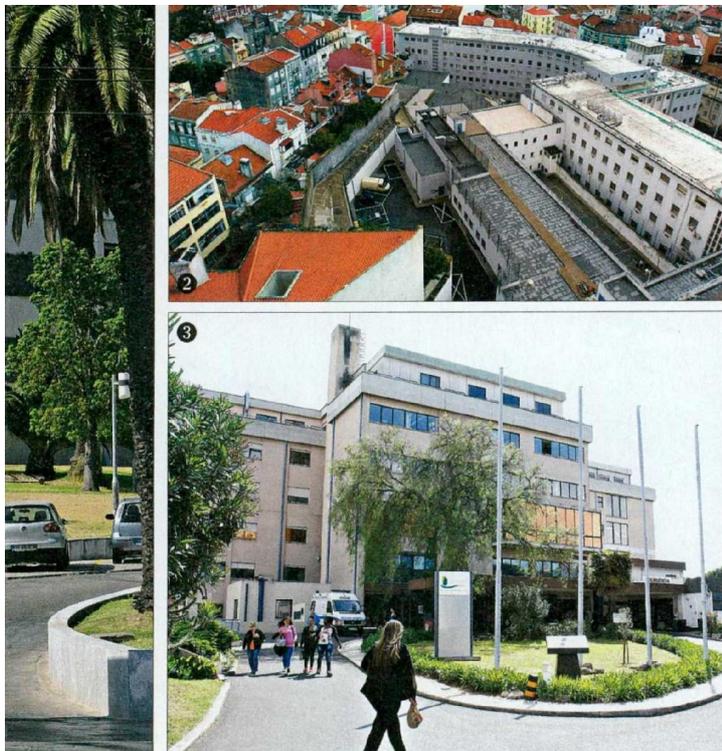
Os milhões dos negócios

Para os investigadores, o esquema criminoso era muito simples mas extraordinariamente eficaz, porque, antes de se chegar ao ponto

da rutura dos negócios, o casal dava ordens para que fossem pagos alguns valores simbólicos em dívida e até apresentavam planos de pagamento em atraso que raramente eram cumpridos. Depois, numa fase mais adiantada e quando pretendiam manter alguns dos contratos mais lucrativos, cediam os negócios entre empresas ou iam abrindo novas firmas com testas de ferro para entrarem nos concursos que a empresa insolvente ou falida tinha deixado em aberto nos hospitais. Segundo as contas da PJ, só a partir de 2008, as dívidas a hospitais (e à Câmara de Faro) de cinco empresas controladas por Natércia e Cleto atingiram os cerca de 1,7 milhões de euros.

Mas a Judiciária acredita que o buraco financeiro deixado pelo esquema é bem maior, porque incluirá outros valores como as dívidas a fornecedores, a trabalhadores e os impostos e as contribuições para a Segurança Social que ficaram por pagar. Além disso, os investigadores detetaram indícios de que as empresas faziam “dupla faturação”, ou seja, não declaravam às Finan-





A sociedade Natércia & Manuel Cleto

Os investigadores garantem que os crimes do casal já se verificam há mais de 20 anos e elencaram as empresas suspeitas

Sob investigação no processo

- 1 O Hospital de Egas Moniz é um dos visados no alegado esquema da fraude nos bares/restaurantes
- 2 A Polícia Judiciária já remeteu as conclusões da investigação para o Ministério Público
- 3 O Hospital de São Francisco Xavier foi outro dos visados
- 4 Natércia Pina participou e apoiou as candidaturas de Rui Rio (a líder do PSD) e de Marcelo Rebelo de Sousa à Presidência da República



O processo 3109 A investigação criminal já decorre há mais de três anos

2015
Deu entrada a denúncia anónima no Ministério Público.

1.762.256,66
euros de prejuízo aos hospitais públicos calculados pela PJ.

256
volumes com documentos fazem parte do inquérito.

16
arguidos constituídos, incluindo três empresas de catering.

42
testemunhas já foram ouvidas pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção.

ças uma grande fatia das receitas. A análise financeira feita pela PJ às contas das empresas, conjugada com provas conseguidas nas escutas telefónicas ao casal, a familiares e empregados de confiança das empresas, indiciam a possibilidade de ter ocorrido uma fuga gigantesca ao Fisco.

O *modus operandi* da dupla faturação das receitas seria o seguinte: por ordens diretas de Manuel Cleto, mas sempre sob orientação de Natércia Pina, os trabalhadores que faziam os registos na caixa dos bares/restaurantes deveriam apenas faturar parte das receitas, uma manobra fácil de concretizar até porque estando em causa consumos de valor diminuto, era raro os clientes pedirem fatura. Assim, os registos não declarados, apelidados nas escutas interceptadas como “o que era para meter de lado” ou “para enviar para a linha aberta”, eram registados numa tecla diferente, não ficando a constar no registo oficial da contabilidade.

A PJ garante que era utilizada muitas vezes uma outra expressão por parte de Manuel Cleto – “andar de bicicleta” – para se iniciar a dupla faturação ou então

Contratos

A Judiciária encontrou cerca de 30 contratos públicos feitos desde 2004 com as empresas suspeitas do esquema

O PROCESSO TEM CENTENAS DE ESCUTAS TELEFÓNICAS AOS DOIS PRINCIPAIS SUSPEITOS

Portugal

► “parar a bicicleta” para a opção contrária. Diariamente, Cleto estaria a par de tudo através do seu telefone (tinha um programa de controlo de caixa instalado) e também usava o sistema de videovigilância instalado nos bares para manter na ordem os funcionários e a caixa registadora. As contas feitas pelos investigadores frisam que, só no período de cinco anos, entre 2013 e 2017, o casal suspeito poderá ter-se apropriado de rendimentos não declarados avaliados em três milhões de euros.

PJ quis deter casal suspeito

No início de junho de 2017, dezenas de elementos da Polícia Judiciária participaram numa operação de buscas e apreensão no âmbito deste processo. A ideia era também avançar para a apreensão dos bens do casal suspeito e deter Natércia e Cleto para os sujeitar a interrogatório judicial e à aplicação de medidas de coação. Mas a procuradora-adjunta titular do inquérito, Celestina Morgado, autorizou as buscas e não as outras diligências, tendo os suspeitos sido apenas constituídos ar-



guidos. No entanto, a investigação continuou a avançar a bom ritmo depois de a PJ detetar 345 ficheiros informáticos relativos às empresas suspeitas. Estavam no computador de trabalho que Natércia usava no Hospital de São Francisco Xavier, com os investigadores a usarem a descoberta para tentarem fundamentar uma teoria: a funcionária pública geria as empresas privadas no local de

Os investigadores encontraram indícios de que Natércia Pina possa ter feito pagamentos ao juiz Rui Rangel

trabalho pago com dinheiros públicos. Desde, pelo menos, 2004.

Durante a longa investigação, a PJ considerou que uma boa parte do dinheiro conseguido nos negócios suspeitos com os hospitais públicos terá sido investido sobretudo em património imobiliário e em automóveis. Entre 2010 e 2014, Natércia registou oito imóveis nas conservatórias de Cascais, Oeiras, Agualva, Mafra, Lisboa e Mourão. Antes de 2009, foram outros sete. As autoridades suspeitam de que parte destes imóveis terão sido arrendados e os pagamentos feitos em numerário, que depois terão sido depositados nas contas bancárias de Natércia.

O Fisco

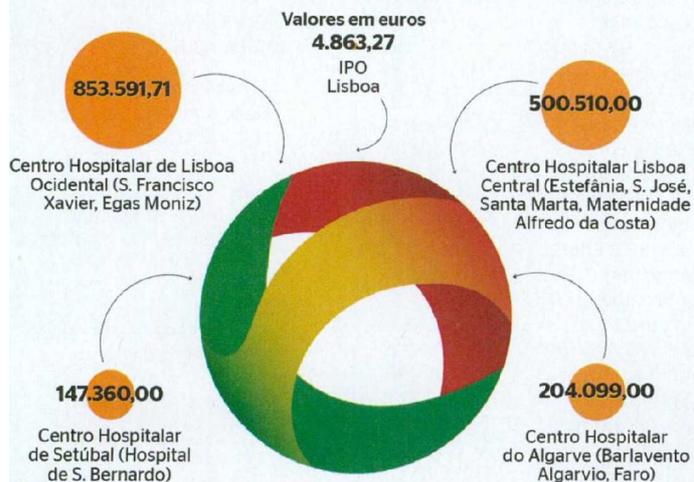
A Autoridade Tributária fez inspeção e a PJ gravou o gerente da empresa suspeita a dizer ao telefone – “Tá tudo fod...”.

O papel da sobrinha

Segundo apurou a SÁBADO, a PJ identificou ainda no processo um conjunto de apartamentos, moradias e veículos propriedade do filho de Natércia, Ivo Santos, também constituído arguido por “dar o nome” aos órgãos sociais de várias das empresas suspeitas, apesar de estas continuarem alegadamente sob controlo de Manuel Cleto, o padrasto. Depois de analisarem os poucos rendimentos declarados de Ivo, os investigadores concluíram que foi Natércia quem adquiriu cinco imóveis e os colocou em nome do filho, “numa tentativa de dissipação do património”.

As dívidas e os contratos públicos

A Polícia Judiciária calcula que só quatro empresas controladas por Natércia Pina deixaram um rombo ao Estado de cerca de 1.7 milhões de euros (incluindo 51 mil euros à Câmara de Faro)



O CASAL TERÁ USADO VÁRIOS FAMILIARES E AMIGOS COMO TESTAS DE FERRO DAS EMPRESAS

Sábado

03-01-2019

Periodicidade: Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 116250**Temática:** Economia**Dimensão:** 2745 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 47 a 51

Para a PJ, isso também terá sido feito através de Raquel Pina, sobrinha de Natércia, que foi funcionária e gerente "no papel" de várias empresas suspeitas e teria até conhecimento da "dupla faturação". Várias escutas telefónicas gravadas no processo parecem demonstrar que a mulher obedeceria às ordens do casal Natércia e Cleto. "Raquel Pina aderiu ao esquema das atividades criminosas dos seus tios (...) sendo parte ativa na mesma ao assumir as empresas em nome deles, para que estes se desresponsabilizassem das suas obrigações", refere a PJ num dos documentos da investigação, salientando que a arguida beneficiou dos lucros das atividades ilícitas através da compra, em 2008, de uma moradia em Cascais e de um carro.

A operação Pratos Limpos está há meses no Ministério Público depois de a PJ ter encerrado a investigação com um relatório final de 162 páginas. No documento é novamente solicitado à 9ª Secção do DIAP que sejam emitidos mandados de detenção para Natércia Pina e Manuel Cleto, suspeitos que a **SÁBADO** não conseguiu contactar (Natércia não respondeu à mensagem deixada num dos seus telemóveis) até ao fecho desta edição.

A razão da demora da conclusão da investigação pelo MP poderá estar relacionada com o facto de o relatório da Judiciária ter sido concluído um mês depois de uma nova busca feita no âmbito de outro processo a uma das empresas alegadamente controladas por Natércia Pina. Tratou-se de uma diligência da Operação Lex, o mediático inquérito centrado em suspeitas de corrupção que envolve, entre outros, o juiz desembargador Rui Rangel. De acordo com a *Visão*, os investigadores suspeitavam de que Natércia seria uma das 16 pessoas que pagariam várias despesas do juiz em troca da sua influência na resolução de processos judiciais. Tudo porque foram detetados vários movimentos bancários entre a funcionária hospitalar e o advogado Santos Martins, o alegado testa de ferro do juiz. 